

## **Instrução Normativa nº 125**

### **Recuperação de Áreas Degradadas**

#### **1 Instruções Gerais**

A Lei nº 6.938/81, em seu Artigo 2º, preconiza que “A Política Nacional de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, atendendo os princípios de recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação.

O Licenciamento Ambiental para Recuperação de Áreas Degradadas, atendida a legislação vigente e as normas administrativas reguladoras, deverá ser protocolado via sistema Aprova Digital, ou seu substituto, na modalidade de Parecer Técnico, e será instruído com os seguintes documentos:

#### **2 Documentação Necessária para o Licenciamento Ambiental da Atividade**

- a. Requerimento com endereço completo do requerente e justificativa do pedido (modelo Anexo – I).
- b. Certidão atualizada do Registro de Imóveis (90 dias). Se área rural, com o devido Cadastro Ambiental Rural e Reserva Legal registrada correspondente a 20% da área total do imóvel.
- c. Croqui de acesso e de localização indicando, quando for o caso, a distância de Unidade de Conservação existente na região (Resolução CONAMA n 013/90, art. 2º).
- d. Plano/projeto de recomposição topográfica e paisagística contendo:
  - Planta planialtimétrica georreferenciada da área do plano ou projeto, com a hidrografia, área de preservação permanente – APP e detalhe do plano/projeto, em coordenadas planas UTM em DATUM SIRGAS 2000, dos vértices da área do PRAD;
  - Descrição da origem da degradação especificando a origem dos danos ambientais causados e efeitos causados ao ambiente;
  - Informar se houve notificações e ou autuações ambientais ou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC referente a área do PRAD, apresentando cópia destes documentos, quando existir;
  - Indicar o objetivo geral do PRAD, ou seja, o resultado final esperado após a execução do plano/projeto, considerando o período de duração mínima do mesmo;
  - Caracterização da vegetação remanescente existente na área do plano/projeto, caso ocorra;
  - Descrever a metodologia utilizada para a recuperação do local. As metodologias a serem utilizadas devem ser fundamentadas tecnicamente, detalhando-se a relação das mesmas com o diagnóstico e com o objetivo da recuperação ambiental, levando

em conta as características do ambiente, relacionando com as espécies a serem empregadas na execução. É necessário que sejam apresentadas propostas de intervenção caso sejam constatados insucessos de metodologias utilizadas, a fim de garantir que o objetivo geral do PRAD seja alcançado;

- Descrever detalhadamente os tratos culturais e as intervenções necessárias durante o processo de recuperação, a fim de que o objetivo geral do PRAD seja atingido;
  - Descrever detalhadamente as metodologias que serão utilizadas para a avaliação do processo de recuperação, sendo que estas devem ser capazes de detectar os sucessos ou insucessos das estratégias escolhidas para a recuperação da área degradada, bem como os fatos que conduziram a estes resultados;
  - Cronograma de execução e de manutenção ou de monitoramento do plano/projeto de recomposição com período mínimo de monitoramento de 36 meses.
- e. Plantas e volumes de corte/aterro para formação de taludes ou terraços, quando houver. Nestecaso, os projetos deverão seguir as especificações contidas na IN N° 100 - INIS de Terraplenagem, apresentando também a respectiva Certidão de Conformidade Ambiental – CCA.
- f. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional habilitado, pela elaboração, execução e monitoramento do plano/projeto, válida pelo período mínimo de 36 meses.
- g. Apresentar ao INIS, primeiramente, um relatório inicial de execução do referido PRAD, seguido de relatórios anuais com registro fotográfico, num prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do protocolo do relatório inicial de execução.
- h. Recolhimento dos valores de análise, conforme tabela do INIS.

Observação: A critério do INIS poderão ser solicitadas informações complementares tais como, Avaliação Ambiental, imagens de satélite, fotos aéreas e ortofotocarta da área do empreendimento, bem como o período do monitoramento poderá ser estendido caso os objetivos do PRAD não sejam alcançados dentro do cronograma proposto.

## Anexo 1

### Modelo de Requerimento

Ao

**Instituto Itajaí Sustentável - INIS**

O(A) requerente abaixo identificado(a) solicita ao Instituto Itajaí Sustentável - INIS, análise dos documentos, anexos, com vistas ao Licenciamento Ambiental para **Recuperação de Áreas Degradadas** do local abaixo qualificado:

#### Dados Pessoais do(a) Requerente

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

#### Endereço do(a) Requerente

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ DDD: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### Dados do Empreendimento

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

#### Endereço do Empreendimento

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: **SC** TELEFONE: \_\_\_\_\_

**Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) WGS 84 ou SIRGAS 2000, de um ponto no local de intervenção do empreendimento.**

LOCALIZAÇÃO: Latitude(S): g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ s: \_\_\_\_\_ Longitude(W): g: \_\_\_\_\_ m: \_\_\_\_\_ s: \_\_\_\_\_

COORDENADAS UTM x: \_\_\_\_\_ COORDENADAS UTM y: \_\_\_\_\_

JUSTIFICATIVA: \_\_\_\_\_

#### Assinatura

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

NOME/ASSINATURA

DO(A)

REQUERENTE:

.....